

VI-019 - ANÁLISE DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE 21 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM ENFOQUE NO MUNICÍPIO DE PARACAMBI

Monica Pertel⁽¹⁾

Engenheira Ambiental. Professora Adjunta da Escola Politécnica da UFRJ. Coordenadora da Graduação em Engenharia Ambiental UFRJ.

Raphaella de Paiva Mendonça⁽²⁾

Engenheira Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestranda em Engenharia Ambiental pela Escola Politécnica da UFRJ.

Frank de Souza Pavan⁽³⁾

Engenheiro Ambiental/Advogado. Professor dos Institutos Superiores de Ensino do CENSA (ISECENSA).

Endereço⁽¹⁾: Av. Athos da Silveira Ramos, 149, CT – Bloco D, Sala D202 – Cidade Universitária, Rio de Janeiro. CEP: 21941-909. Tel (21) 3938-7982 – e-mail: monicapertel@poli.ufrj.br./ raphapm@poli.ufrj.br

RESUMO

No âmbito da Gestão Pública, a incorporação de instrumentos, com intuito de promover o Planejamento Urbano Sustentável, tem o Licenciamento Ambiental como um de seus principais aliados. A partir da promulgação da Lei Complementar 140 de 2011, houve melhor entendimento quanto ao ato de direcionar, de forma mais clara, quando os Municípios têm a incumbência e competência para licenciar determinadas atividades locais. Neste sentido, este trabalho buscou identificar as principais complexidades enfrentadas pelas Comissões de Licenciamento Municipal, que atuam nos processos de Licenciamento Ambiental local. A partir da aplicação de questionários, em 21 Municípios do Rio de Janeiro, percebeu-se que as principais dificuldades estão relacionadas à falta de Cursos de Capacitação para os analistas do Órgão Ambiental, com destaque para Postos de Combustíveis, morosidade para entrega de documentos por parte dos Requerentes e Atendimento a Serviços Emergenciais os quais retardam os trabalhos envolvendo vistorias, desenvolvimento de relatórios, notificações. Analisando especificamente o Município de Paracambi, percebe-se que as dificuldades encontradas estão direcionadas principalmente para excesso de serviços emergenciais, a carência de estrutura suficiente, para organização de informações, incluindo disponibilidade física do local, ausência de equipamentos e identificação da necessidade de disponibilização de cursos de capacitação, destacando a importância quanto à diversificação da Equipe Técnica.

PALAVRAS-CHAVE: Licenciamento Ambiental. Competência Ambiental. Paracambi. Lei Complementar 140.

INTRODUÇÃO

O licenciamento ambiental, um dos instrumentos apresentados na Lei 6938/81, visando o cumprimento dos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, consiste em uma das formas da gestão pública atuar de forma corretiva e preventiva no tocante às condições ambientais de determinadas empresas desde sua concepção. Ao final deste procedimento administrativo, a concessão de licenças ambientais pode ser permitida ou não de acordo com os critérios técnicos e após, análise da conformidade ambiental legal estabelecida pelo Poder Público, no exercício de seu poder de fiscalização (VIANA *et al.*, 2003).

Quanto à esfera governamental competente, a Resolução Conama Nº 237/97 e a Lei Complementar 140/2011 passaram a regulamentar as situações em que os municípios estruturados ambientalmente poderiam ser capazes de licenciar, de maneira mais específica. Nestes casos, os municípios necessitam de órgão ambiental capacitado, que segundo a Lei Complementar 140/2011, caracteriza-se como aquele que contém técnicos devidamente habilitados, sejam próprios ou em condição de consórcio, e em número apropriado para atender às demandas das ações administrativas. No entanto, a competência, nestes casos, restringe-se apenas aos empreendimentos ou atividades cujos impactos não ultrapassem os limites territoriais municipais (impacto ambiental local), ou cuja incumbência seja repassada pelo Estado por meio de instrumento legal (GUILHERME & HENKES,

2013).

De acordo com o Manual de Licenciamento emitido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 2015, havia 48 Municípios no Rio de Janeiro habilitados para as atividades de Licenciamento Ambiental. Neste contexto, este trabalho se propõe a analisar os principais obstáculos enfrentados durante os trâmites de licenciamento ambiental em 21 dos Municípios do Rio de Janeiro capacitados para licenciar, sendo eles: Niterói, Belford Roxo, Macaé, Itaboraí, Mangaratiba, Rio das Ostras, Armação de Búzios, Maricá, Iguaba Grande, Angra dos Reis, Arraial do Cabo, Casimiro de Abreu, Paraíba do Sul, Piraí, Itaguaí, Silva Jardim, Duque de Caxias, Areal, Queimados, Paracambi e Guapimirim.

OBJETIVOS

O propósito fundamental deste trabalho consiste na análise das principais dificuldades enfrentadas pelas Comissões de Licenciamento Ambiental de 21 municípios pertencentes ao Rio de Janeiro, tendo como estudo de caso o município de Paracambi.

Dentre os objetivos secundários, pode-se enumerar: Diagnosticar e descrever a situação atual do Licenciamento Ambiental no Município de Paracambi; Comparar as dificuldades encontradas no Processo de Licenciamento dos Municípios analisados do Rio de Janeiro; Identificar as principais melhorias e modificações que devem ser realizadas nos Municípios analisados; Propor ações que tornem o processo de Licenciamento Ambiental no Município de Paracambi mais eficiente.

METODOLOGIA

Durante a pesquisa, realizou-se a aplicação de questionário com um (01) técnico pertencente à Equipe de licenciamento de cada um dos 21 Municípios analisados. Ressalta-se que os questionários foram respondidos por Engenheiros e por tecnólogos de gestão ambiental e química. No município de Paracambi, o estudo pôde ser realizado de forma mais detalhada, sendo assim, cinco (5) técnicos da Comissão responderam aos questionários. Além disso, neste município, também houve análise dos procedimentos administrativos e observação direta das estruturas físicas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

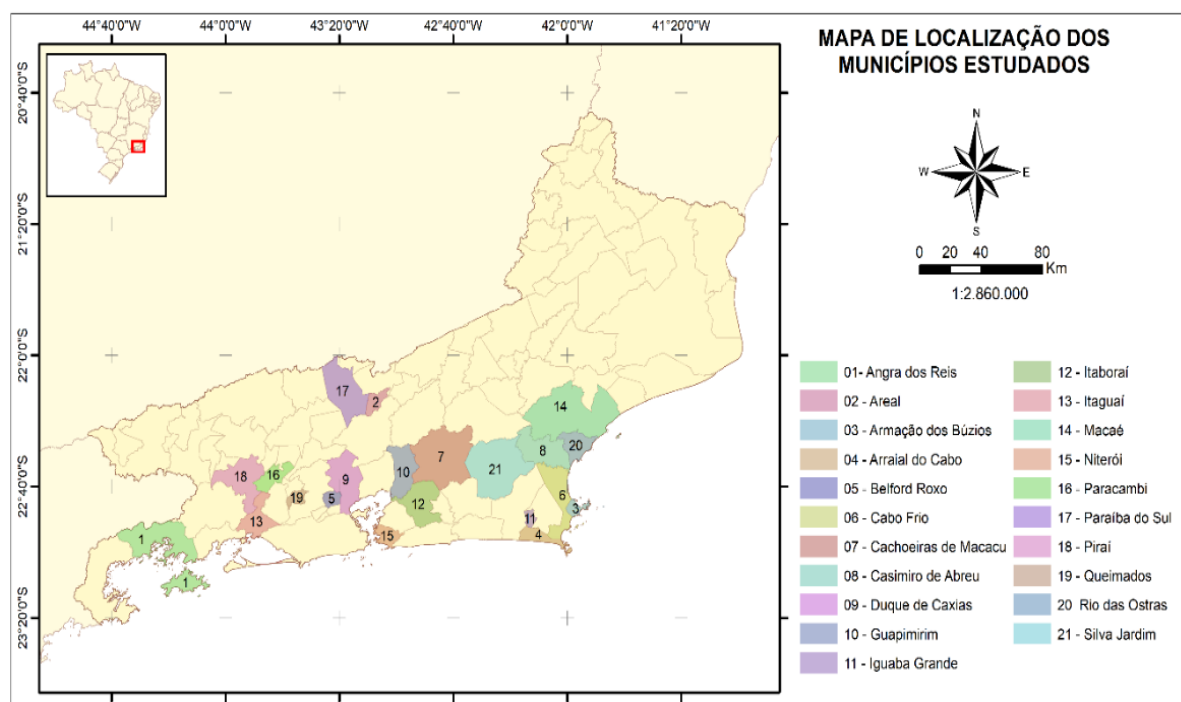


Figura 1: Distribuição Espacial dos 21 Municípios Analisados.

Na primeira parte do questionário, cada técnico atribuiu a nota de 1 (menos relevante) a 5 (mais relevante), para as seguintes dificuldades enumeradas: Equipe técnica incompleta; Constante mudança de Gestão; Necessidade de cursos de capacitação; Alta demanda de serviços emergenciais e de notificações que dificultam as atividades licenciadoras; Ausência de Equipamentos durante as vistorias; Padronização deficiente dos documentos; Morosidade na entrega de documentos técnicos solicitados; Padronização deficiente quanto aos procedimentos de licenciamento; Dificuldade na definição de prazos relativos ao Controle e Monitoramento das condicionantes das Licenças; Deficiência na disponibilidade física do local de trabalho e de materiais; Deficiência na organização referente às Licenças emitidas em pastas/planilhas/banco de dados digital; Acompanhamento quanto aos prazos das Licenças deficiente.

Na segunda parte do questionário, cada técnico descreveu outros impasses específicos de seus municípios, discretizaram as alterações consideradas emergenciais, indicaram as tipologias de atividades as quais são licenciadas com maior frequência e descreveram como está formada sua comissão de acordo com a formação técnica dos profissionais e a quantidade.

RESULTADOS

O somatório da pontuação obtida para cada dificuldade dos Municípios analisados está sintetizada na Figura 2, e a partir, dele, verifica-se que a Necessidade de Implementação de Cursos de Capacitação representa a principal demanda apontada pelos técnicos responsáveis pelo licenciamento. Em seguida, a Morosidade na entrega dos documentos técnicos pelos requerentes representa o segundo obstáculo em caráter de relevância para prosseguimento dos Processos de Licenciamento.

Ressalta-se também que a alta demanda de serviços emergenciais e a ausência de organização das Licenças em planilhas ou em meio digital correspondem a duas realidades marcantes nos municípios analisados. Estes dois itens são inconvenientes que possivelmente estão correlacionados à ausência de dedicação exclusiva da equipe técnica para licenciar atividades, uma vez que as demandas que ocorrem paralelamente dividem o tempo, a disponibilidade e os recursos dos técnicos entre as tarefas que surgem no cotidiano e as práticas de estudos, organização, análise de documentos e elaboração de relatórios exigidos nos licenciamentos.



Figura 2: Pontuação das Principais Dificuldades apresentadas em cada Município.

Quanto ao Município de Paracambi, a partir das notas obtidas de cinco (05) técnicos, verificou-se que as maiores deficiências apresentadas estão relacionadas à alta demanda de serviços, com total de 22 pontos. Em seguida, a ausência de cursos de capacitação, ausência de equipamentos para as vistorias e a disponibilidade física do local irregular apresentaram pontuação total de 19 pontos, sendo transtornos que também influenciam no efetivo licenciamento de Paracambi. Desta forma, especificamente em Paracambi, a infraestrutura interna,

tanto organizacional como física (insumos) representam contratempos os quais influenciam no desempenho dos profissionais, como pode ser observado na Figura 3.

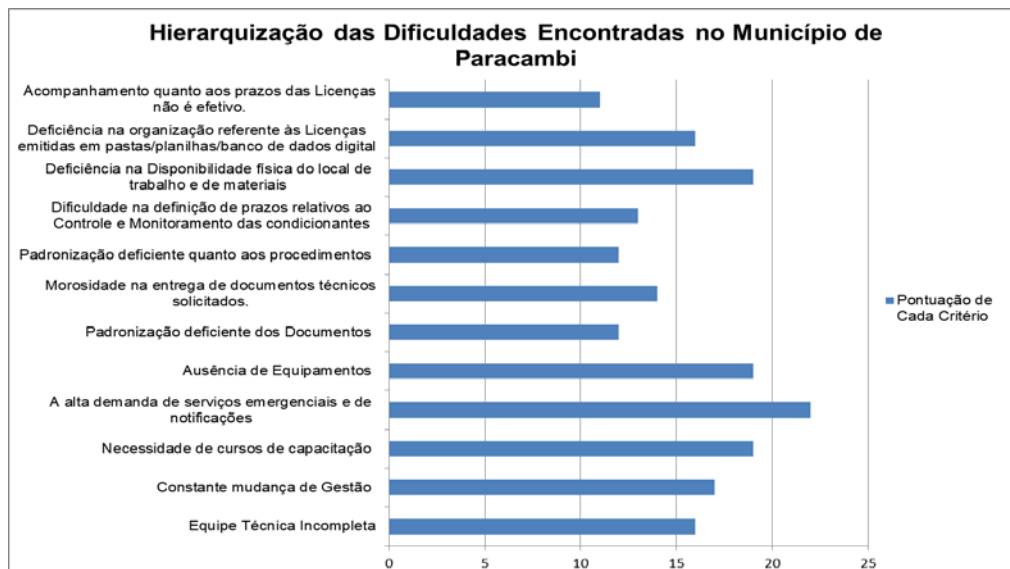


Figura 3: Pontuação das Principais Dificuldades apresentadas no Município de Paracambi.

DISCUSSÃO

A partir das respostas da segunda parte do questionário, foi possível compreender as peculiaridades existentes para cada Comissão de Licenciamento. O Quadro 1 contém as respostas de quatro municípios, para exemplificação sobre as tipologias de respostas obtidas neste trabalho.

A partir da análise dos dados, pôde-se constatar que os principais cursos de capacitação devem ser voltados para Loteamentos, Postos de Combustíveis, Construções Civas e Terraplanagens. Desta forma, estes itens podem orientar ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA) quais deverão ser os principais suportes técnicos que deverão ser fornecidos aos Municípios. Além disso, o INEA poderá auxiliar na melhor padronização dos documentos exigidos para estes tipos de licenciamentos.

O cenário referente às dificuldades apresentadas tem as seguintes proporções: 14% dos municípios evidenciam a necessidade pelo aumento de números de fiscais ambientais; 23% dos municípios informam sobre o desejo de uma Plataforma de licenciamento digitalizada e 23% dos Municípios sentem falta de equipamentos para vistorias.

Verificou-se também que as Comissões almejam que seus serviços tenham maior autonomia através das seguintes respostas: Necessidade de que a equipe seja multidisciplinar, técnicos exclusivos para atividades de Licenciamento e autonomia para Demarcação de Faixa Marginal de Proteção (FMP). Acrescenta-se também que os questionamentos quanto às deficiências nas atividades fiscalizatórias são recorrentes e indicam que a infraestrutura bem como os procedimentos para notificações, lavraturas de autos e o número de fiscais ambientais nos municípios precisam de reestruturação ampla e imediata.

Os Municípios de Areal e Silva Jardim apresentam as Comissões com menor quantitativo de técnicos, sendo 5 e 6 técnicos em cada um deles, respectivamente. Enquanto isso, o Município de Guapimirim representa o Município com maior número de técnicos na sua Comissão, totalizando 20 Profissionais. É possível verificar que as deficiências apresentadas pelas equipes com maior número de pessoas capacitadas se voltam para os transtornos relacionados às questões de legislação ambiental, como a falta de conhecimento pela população sobre as questões legislativas do assunto. Por outro lado, as menores Comissões apontam para a necessidade de formação de equipe multidisciplinar, capacitação de seus técnicos e transtornos relacionados às questões técnicas as quais a Comissão não possui domínio.

Na maior parte dos casos, as comissões apresentam Engenheiros Ambientais, Engenheiros Civis e Biólogos, no entanto, verifica-se que cada Município apresenta sua especificidade de cada acordo com suas demandas, sendo assim Niterói, Maricá e Pirai apresentam Advogados em suas Comissões, enquanto Maricá e Iguaba Grande apresentam Topógrafos, Paracambi e Guapimirim possuem profissionais na área de Química e apenas Angra dos Reis contempla Oceanógrafo.

Ressalta-se que alguns Municípios abordam tópicos que indicam complicações geradas na relação com outros Órgãos Ambientais. Esta dificuldades foram evidenciadas nas seguintes: necessidade de que haja um canal mais efetivo entre os municípios e o INEA, dificuldade de determinar qual Órgão irá licenciar determinadas atividades e morosidade no andamento de processos que necessitam da aprovação dos responsáveis pelas Unidades de Conservação.

Normalmente, em atividades de Terraplanagem e Loteamentos, Biólogos e Engenheiros Civis são imprescindíveis, para análise de fauna e flora e cálculo de volume de corte e aterro, mesmo porque os volumes precisam ser correspondentes e avaliados com a porcentagem de empolamento. Além disso, em estabelecimentos como açougues e clínicas de odontologia, a avaliação das fossas sépticas e filtros anaeróbicos, por exemplo, são pré-requisitos importantes avaliados por Engenheiros civis da mesma forma que em Oficinas Mecânicas e em Postos de Combustíveis, o dimensionamento correto de Caixa Separadora de Água e Óleo por estes profissionais pode deferir ou não as Licenças Ambientais.

Os Engenheiros Ambientais estão presentes na avaliação de plantas industriais, como metalúrgicas, analisando, por exemplo se os filtros instalados são compatíveis com o diâmetro das partículas e se são capazes de deter o volume diário produzido. Enquanto isso, os advogados das comissões são capazes de elaborar justificativas para casos específicos em que há Declaração de Utilidade Pública (DUP), realizar pareceres com enquadramentos de infrações de acordo com as leis vigentes e auxiliar no cálculo de multas.

Desta forma, o processo de Licenciamento é considerado muitas vezes como vagaroso, pois necessita da avaliação “multicritério”, em que o Empreendedor comprova suas condições estruturais e legais. Assim os técnicos contratados pelas Empresas tendem a elaborar novas respostas e fornecer informações que não estavam contempladas na análise prévia. Uma maneira simples e promissora de agilizar consiste em separar os documentos das atividades para que cada técnico avalie suas exigências. Após a compartimentalização desta etapa, é necessário que haja uma reunião anterior à vistoria, para que haja atualização das informações em conjunto bem como troca de experiências e dados que sejam revelantes ao Processo de Licenciamento.

Em Paracambi, foram apontados três pontos de extrema importância: certidões de zoneamento local, demarcação de faixa marginal e alta demanda das fiscalizações.

Quadro 1: Cenário apresentado pelos técnicos nos Municípios analisados.

Município	Dificuldades Encontradas no licenciamento além das Questões Citadas no Questionário	Alteração de Caráter Emergencial para Melhoria do Licenciamento no Município	Principais Atividades Licenciadas	Composição da Comissão de Licenciamento
Paracambi	Equipe técnica exclusiva para Licenciamentos; Canal aberto para consultas com o INEA; Autonomia da Comissão de Licenciamento.	Introdução de uma Plataforma online para atender à alta demanda de licenciamentos; Equipamentos exclusivos para o Licenciamento.	Indústrias de pequeno porte; Loteamentos; Metalúrgicas; Açougues; Postos de Combustíveis.	7 Profissionais: 1 Biólogo/ 1 Gestora Ambiental/ 1 Eng. Ambiental/ 1 Eng. Químico/ 1 Eng. Florestal/ 1 Eng. Civil/ 1 Fiscal Ambiental
Armação de Búzios	Realizar acompanhamento das atividades de licenciamento por	Reestruturação interna (capacitação de Técnicos e aquisição de equipamentos)	Construções Residenciais; Certidão para Fornecimento de Energia Elétrica.	9 Profissionais: 1 Coordenador/ 3 Técnicos / 5 Fiscais

	meio de vistorias.			Ambientais
Areal	É necessário que a Equipe responsável pelo Licenciamento seja treinada e tenha capacidade técnica.	Introdução de uma Equipe técnica exclusiva para o Licenciamento Ambiental.	Loteamentos e Pequenas Indústrias de Alimentos.	5 Profissionais: 1 Eng civil/ 2 Gestores ambientais/ 1 Eng. ambiental e 1 Biólogo.
Silva Jardim	Dificuldades para realizar atividades que contemplem Geoprocessamento.	Acompanhamento das atividades após a Emissão das Licenças; Introdução de profissionais com habilidade para realizar Geoprocessamento e Formação de Equipe Multidisciplinar.	Postos de Combustíveis e Terraplanagem	6 Profissionais: Analistas Ambientais
Guapimirim		Necessidade de Criação de Sistema Municipal de Licenciamento Ambiental; Presença de Sistema para Controle de Notificações; Melhorias nos Sistemas de Certidão de Zoneamento.	Indústrias de pequeno porte; Metalúrgicas; Loteamentos;	20 Profissionais: 1 Químico/2 Engenheiro Florestal/1 Bióloga/1 Administrador/ 2 Gestores Ambientais/ 1 Ciências Ambientais/ 1 Direito/ 1 Técnico Agrícola/ 3 Técnicos Ambientais/ 1 Médica Veterinária/ 1 Engenheiro Ambiental/ 3 Fiscais Ambientais/ 2 Auxiliares Administrativos
Niterói	Necessidade de que a equipe contenha servidores concursados.	Adquirir material e Equipamento	Postos de Combustíveis/ Armazenamento de Combustíveis/ Empreendimentos Imobiliários/Loteamento	6 Profissionais: 2 Advogados/ 1 Gestor/ 1 Eng Mecânico e 2 Biólogos.
Itaboraí		Aumento do Número de Fiscais Ambientais	Construção Civil	7 Profissionais: 4 Fiscais Ambientais e 3 Analistas Ambientais

Fonte: Autor, 2018.

Quadro 1: Cenário apresentado pelos técnicos nos Municípios analisados.

Município	Dificuldades Encontradas no licenciamento além das Questões Citadas no Questionário	Alteração de Caráter Emergencial para Melhoria do Licenciamento no Município	Principais Atividades Licenciadas	Composição da Comissão de Licenciamento
Belford Roxo	Formação de um quadro técnico multidisciplinar. Políticas de Valorização dos Profissionais e Melhorias na estrutura de trabalho.	Tecnologia e Procedimentos digitalizados e apoio estrutural.	Postos de Gasolina/Indústrias de Médio Porte	12 Profissionais: Mestre em QSMS/ Eng do Meio Ambiente/ Tecnólogo de Petróleo/ Eng civil.
Macaé	A equipe deveria ter o poder de Lavratura de Notificações e Autos.	Autonomia Para Demarcação de Faixa Marginal de Proteção (FMP).	Indústria, Petróleo e Construção Civil	14 Profissionais: 10 Analistas e 4 Administrativos.
Mangaratiba		Organizar o setor com implantação de sistema informatizado, visando maior efetividade e transparência.	Construções imobiliárias. Atividades de Corte e aterro.	10 Profissionais: 05 com Nível superior/ 4 com Nível Médio/ 1 Administrativo.
Rio das Ostras	A falta de conhecimento quanto à legislação ambiental pelo requerente gera dificuldades durante as atividades de Licenciamento Ambiental.	As emissões de certidões deveriam ter procedimentos diferenciados.	Oficina Mecânica e Lava a Jato.	19 Profissionais: 1 Arquiteto/ 2 Eng Ambientais / 2 Auxiliares Adm /5 Fiscalização Ambiental /5 Biólogos /1 Superintendente /2 Coordenadores /1 Diretor
Maricá		Investimento em Insumos e em equipamentos para melhor aferição durante as vistorias.	Postos de Combustíveis/ Fabricação de Artefatos de Concreto	12 Profissionais: 2 Eng Cíveis/ 1 Eng Florestal/ 2 Geógrafos/ 1 Gestora Ambiental/ 2 Biólogos/ 1 Advogado/ 1 Pedagoga/ 1 Topógrafo/ 2 Arquitetos
Iguaba Grande		Aumento da Fiscalização	Construção Civil e Dessoreamento de Lagoas.	10 Profissionais: 3 Biólogos/ 1 Engenheiro/ 1 Topógrafo/ 1 Veterinária/1 Gestor/ 3 Administrativos.
Angra dos Reis	Dificuldades quanto à definição do Órgão Ambiental que será responsável pela atividade a ser	Regulamentação quanto às compensações ambientais.	Obras e Construções Residenciais.	6 Profissionais: 1 Eng Agrônomo/2 Biólogos. 2 Eng Florestais/1 Eng Amb e 1

	Licenciada.			Oceanógrafo.
--	-------------	--	--	--------------

Fonte: O Autor através de questionários aplicados às equipes dos municípios, 2018.

Tabela 1: Cenário apresentado pelos técnicos nos Municípios analisados.

Município	Dificuldades Encontradas no licenciamento além das Questões Citadas no Questionário	Alteração de Caráter Emergencial para Melhoria do Licenciamento no Município	Principais Atividades Licenciadas	Composição da Comissão de Licenciamento
Paraíba do Sul	As principais dificuldades estão relacionadas à entrega dos documentos pelos requerentes.	É necessário que haja padronização quanto à taxa de Licenciamento.	Terraplanagem	7 Profissionais: 4 Biólogos e 3 Engenheiros Ambientais
Pirai		Questões relacionadas à legislação	Loteamentos	5 Profissionais: 1 Eng civil/ 1 Advogado/ 1 Arquiteto/ Gestor Ambiental e 1 Biólogo.
Arraial do Cabo	Dificuldades quanto às questões de documentação para requerer licença;	É necessário que a Equipe responsável pelo Licenciamento tenha capacitação técnica constante. Regularização ambiental de Comércios e atividades Pré-Industriais (artefatos de cimento/lavanderias/marmoraria). É necessário que haja punições mais severas para especulação imobiliária, muitas vezes responsável por inúmeros danos ambientais.	Construção Civil/ Empreendimentos imobiliários (Loteamento). Medidores de Água e de Energia.	8 Profissionais: 1 Diretor/ 1 Engenheiro Civil/ 1 Eng Ambiental/ 1 Bióloga/ 2 técnicos ambientais/ 1 Químico/ 1 Auxiliar Administrativo.
Duque de Caxias	O agente fiscalizador possui maiores dificuldades relacionadas à locomoção.	Aderir o Sistema de Licenciamento online.		10 Profissionais, entre eles: Engenheiros, Biólogos e Químicos.
Queimados	Deve haver capacitação permanente dos técnicos pertencentes às Comissões.	Ausência de Infraestrutura/ Equipamentos.	Atividades de Auto Licenciamento: como Obras Públicas e Atividades Industriais	
Casimiro de Abreu	Falta de atendimento da documentação pelo requerente, para dar início o processo de Licenciamento,	Regularização quanto aos procedimentos para cobrança de taxa de abertura de Processo de Licenciamento. Integração do Sistema de Licenciamento com o REGIN.	Movimentação de terra e nivelamento de greide (Terraplanagem) e Oficinas Mecânicas.	5 Profissionais: 1 Eng Civil. 3 Eng Florestais e 1 Eng Agrônomo.

	devido à ausência de apoio técnico particular. Conflitos com Unidades de Conservação, pois há morosidade nos Processos em casos de Áreas de Proteção Ambiental.			
Itaguaí		Necessidade de Aumento da Equipe Técnica, para que haja maior agilidade nos processos.	Postos de Combustíveis e Pátios de Estocagem de Container.	13 Profissionais: 4 Diretores de Meio Ambiente/ 3 Biólogos/ 1 Eng Florestal/ 1 Eng Agrônomo/ 1 Eng Químico/ 1 Gestor Ambiental/ 2 Fiscais Ambientais

Fonte: Autor 2018.

CONCLUSÕES

As deficiências que envolvem o licenciamento envolvem três pilares principais: aspectos técnicos, aspectos estruturais e aspectos jurídicos. Neste quesito, os licenciamentos referentes a atividades específicas, como terraplanagem, são os mais impactados, uma vez que exigem que cada Município se empenhe em formular sua proposta de Lei Municipal seguindo à Lei Estadual e adaptando conforme sua realidade. As leis muitas vezes carecem da integração de aspectos técnicos para realização das atividades, como análise de volume que caracterize como impacto local ou estadual, zoneamento da área municipal, necessidade de demais autorizações provenientes de outros órgãos, entre outros.

De forma geral, os Municípios necessitam de cursos práticos para padronizar, pelo menos, o mínimo que deve ser analisado durante as Vistorias, principalmente em Postos de Combustíveis e de Empresas que contemplem armazenamento de combustíveis ou de outros materiais inflamáveis. Os questionamentos referentes ao aumento da equipe de fiscalização para análise do cumprimento das condicionantes também é debatido com veemência, uma vez que os empreendedores necessitam entender que o órgão municipal tem participação ativa e de fato busca exercer suas funções de maneira efetiva e de forma comprometida em minimizar os impactos ambientais das empresas passíveis de Licenciamento Ambiental.

Quanto à demanda essencial para a Equipe de Licenciamento de Paracambi, encontra-se a necessidade de organizar reuniões periódicas, criar uma plataforma online com ativação de prazos para entrega de comprovação de atendimento às condicionantes das licenças, diversificarem a Equipe técnica, de forma que contemple Geólogo, Engenheiro Hidráulico e Engenheiro Agrimensor, por exemplo.

Desta forma, com o objetivo de melhorar a eficiência dos processos de licenciamento e permitir que os técnicos possuam indicadores reais de seu trabalho, pode-se discretizar os seguintes instrumentos: divulgação e aplicação dos programas que calculem as compensações ambientais; presença de Conselhos Municipais de Meio Ambiente devem ser atuantes e suas reuniões devem ser semanais; apoio jurídico deve ser efetivo para as Comissões de Licenciamento com reuniões periódicas; número de fiscais ambientais apropriado em cada município com sistema padronizado de lavratura de autos e multas que possam ser calculadas também através de sistemas pré-estabelecidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília:Congresso Nacional, 1981;
2. BRASIL. Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LCP/Lcp140.htm>. Acesso em 27 Julho. 2018;
3. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>>. Acesso em 27 Julho. 2018;
4. GUILHERME, F. C; HENKES. J. A. A Execução do Licenciamento Ambiental no Município de Itaguaí – RJ. (Monografia Apresentada no Curso de Graduação em Gestão Ambiental). Universidade do Sul de Santa Catarina, 2013. 153 p;
5. SENAI. Departamento Regional do Rio de Janeiro. Licenciamento Ambiental – Manual Empresarial do SENAI / SENAI. Departamento Regional do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro : [s.n], 2015.55 p;
6. VIANA, E.C; CARVALHO,R.M.M.A; OLIVEIRA, P.R.S; VALVERDE, S.R; SOARES, T.S. Análise Técnico – Jurídica do Licenciamento Ambiental e sua Interface com a Certificação Ambiental. Departamento de Engenharia Florestal. v.27, n.4,2003, p.587-595.